

ATA NÚMERO 76/XIII (2.ª)

Aos 19 dias do mês de abril de 2017, pelas 10h30, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição dos peticionários da [petição n.º 267/XIII \(2.ª\)](#) - Solicitam a intervenção da Assembleia da República junto do Governo no sentido da salvaguarda e preservação do património industrial da Fábrica Robinson;
2. Informações;
3. Admissibilidade e distribuição da [petição n.º 289/XIII \(2.ª\)](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa do posto médico da CUF, no Barreiro:

Relator(a): a indicar pelo PSD;
4. Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior;
5. Outros assuntos.

1. Audição dos peticionários da [petição n.º 267/XIII \(2.ª\)](#) - Solicitam a intervenção da Assembleia da República junto do Governo no sentido da salvaguarda e preservação do património industrial da Fábrica Robinson

Uma vez iniciada a audição, a Senhora Presidente da Comissão deu as boas vindas aos representantes dos peticionários, Luís Pargana, Manuela Cunha e José Lopes Cordeiro, dando-lhes de seguida a palavra para fazer uma intervenção inicial.

Os peticionários fizeram uma exposição lembrando as razões que os levaram a apresentar a petição e que se podem sintetizar nos seguintes pontos:

- A fábrica corticeira de Portalegre, fundada em 1837, é um monumento intrinsecamente ligado à identidade da cidade de Portalegre, onde, ao longo de dois séculos de existência, trabalharam gerações de portalegrenses. Para além da existência de um verdadeiro laço afetivo entre a fábrica e os residentes na cidade, a Fábrica Robinson foi também um exemplo de inovação tecnológica ao nível da transformação industrial da cortiça;
- A Fábrica Robinson desempenhou um papel eminentemente social, tendo sido a partir dela que nasceram as primeiras corporações de bombeiros, as primeiras creches infantis, as primeiras associações mutualistas e cooperativas de consumo, os primeiros sindicatos corticeiros e as primeiras publicações periódicas;
- Tendo marcado profundamente a identidade de Portalegre e dos portalegrenses, ocupa um espaço total de 7 hectares, situando-se em pleno centro histórico da cidade;

- A partir de 2009 foi votada ao abandono, encontrando-se num estado de degradação e em risco de ruína;
- Sendo o património edificado classificado pelo IPPAR, as suas chaminés são um símbolo da cidade de Portalegre;
- Os peticionários lutam pela preservação daquele património e daquela memória, sendo essa uma preocupação também partilhada por várias entidades, designadamente pela própria administração da Fábrica Robinson e pela Câmara Municipal, apelando à Assembleia da República que adote medidas necessárias que impeçam a destruição e perda deste símbolo da identidade portuguesa e de Portalegre, deste importante património industrial como recurso de desenvolvimento e fator de coesão do território.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) sublinhou a importância deste património material e imaterial da cidade de Portalegre e de todo o Alentejo, único no País e com um peso significativo na indústria corticeira. Perguntou aos peticionários qual a solução que defendem para a resolução deste problema, tendo presente que a sua propriedade é pública mas partilhada com a Fundação Robinson, fundação pública de direito privado que tem por fim a prossecução de ações de ordem cultural, educativa, social e da ciência, e a Câmara Municipal.

Para o Senhor Deputado Luís Testa (PS) esta situação constitui um embaraço para todos os portalegrenses, tendo sido já desperdiçadas oportunidades para reclassificar aquele espaço tão simbólico e colocá-lo ao serviço da população. Lembrou que o município de Portalegre instituiu uma fundação que tinha exatamente como objetivo a preservação do património edificado e do acervo industrial existente, mas que ao longo dos anos os seus propósitos foram-se alterando e nada se fez! Defende que o Estado deve exercer as suas competências básicas protegendo aquele conjunto patrimonial único, singular e irrepetível com todas classificações que se exigem.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) frisou a importância de todo o património industrial da Fábrica Robinson, durante anos negligenciado e ignorado, estando o Grupo Parlamentar do BE inteiramente solidário com os peticionários para que todo aquele espaço possa ser reabilitado respeitando o edificado, o seu peso histórico e aquilo que representa para a identidade de Portalegre e do País.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) sublinhou a importância da Fábrica quer em termos históricos quer em termos da importância que poderá vir ter para o desenvolvimento da região. Lembrou a criação da Fundação Robinson com o objetivo de salvaguardar o património existente, da qual faz parte a Câmara Municipal de Portalegre. A este propósito, perguntou quais tinham sido as diligências empreendidas no sentido de aplicar algumas das verbas do «Portugal 20 20» para este fim e para este projeto em concreto.

Lembrou também que na resposta dada pelo Ministério da Economia a esta petição é dito que «É incontornável o interesse histórico da Robinson para a cidade de Portalegre e para a região, pelo que nada obsta à conservação do relevante património arquitetónico e fabril», o que leva a concluir que nada vai fazer no sentido de salvaguardar este património. Por último, perguntou se a reabilitação desse espaço não poderia ser feita no âmbito do Programa REVIVE.

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) valorizou a iniciativa dos peticionários em defesa do património arqueológico industrial da cidade de Portalegre e questionou os peticionários acerca da importância daquela unidade para o contexto da arqueologia industrial do País e do setor corticeiro.

Perguntou também se os apoios que a Robcork tem recebido do Governo português têm chegado a este projeto e se a apresentação desta petição na Assembleia da República teve alguns impactos locais, designadamente junto da Fundação.

O Senhor Deputado José Luís Ferreira (Os Verdes) disse ser a apresentação desta petição o símbolo da existência de uma verdadeira democracia participativa, acompanhando Os Verdes os seus propósitos, sendo essa a sua posição aquando do debate da matéria em Plenário. Transmitiu também que o seu grupo parlamentar irá apresentar um projeto de resolução sobre a matéria para ser discutido em conjunto com a petição em Plenário.

Defendeu que o património industrial da Robinson poderá constituir um fator importante para o desenvolvimento local de Portalegre, do Alto Alentejo, alargando também as fronteiras do turismo de Portugal, que dispõe de um património que tem de ser obrigatoriamente valorizado.

Os peticionários responderam no fim a todas as questões colocadas, tendo posteriormente a Senhora Presidente dada por terminada a audição.

As gravações áudio e vídeo encontram-se disponíveis na [página internet](#).

2. Informações

2.1 Relatório «Portugal na União Europeia – 2016»:

Entrando neste ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu conta que a Comissão de Assuntos Europeus tinha solicitado à 12.ª Comissão a elaboração do relatório sobre o documento «Portugal na União Europeia – 2016», devendo o mesmo ser apreciado na reunião da Comissão de 17 de maio de 2017 e entregue na referida comissão até ao próximo dia 18 de maio de 2017, tendo o Grupo Parlamentar do PS informado que o Senhor Deputado João Torres (PS) seria o seu relator.

2.2 Eleição do Conselho de Regulação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, agendada para o dia 12 de maio de 2017

A Senhora Presidente informou também que, de acordo com a última Súmula da Conferência de Líderes, as candidaturas para o Conselho Regulador da ERC deverão ser apresentadas até 28 de abril de 2017 e que, nos termos da Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, «Até cinco dias antes da reunião marcada para a eleição, os candidatos propostos serão sujeitos a audição parlamentar, a realizar perante a comissão competente, para verificação dos requisitos necessários ao desempenho do cargo.» Como no dia 9 de maio terá lugar a audição regimental do Senhor Ministro da Educação, os candidatos terão de ser ouvidos em Comissão no dia 10 de maio.

2.3 Colóquio «Modelo de organização do sistema de criação artística nacional», dia 23 de maio, das 14h30mn às 18 h, na Biblioteca da Assembleia da República

A Senhora Presidente deu conta da realização do Colóquio «Modelo de organização do sistema de criação artística nacional» no dia 23 de maio de 2017, encontrando-se já reservada, para esse efeito, a Biblioteca da Assembleia da República, solicitando aos Grupos Parlamentares a indicação dos seus representantes, bem como a entrega da lista de entidades a convidar.

A este propósito, informou que o Grupo Parlamentar do BE já tinha indicado como especialistas enquadradores do tema João Maria André (Teatro), Maria José Fazenda (Dança) e Rui Vieira Nery (Música).

2.4 Agendamento do debate organizado pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), para a comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, que se celebra no dia 18 de abril, e que este ano tem como tema “O património e o turismo sustentável”, numa data a acertar com os GP

Tendo em conta que no dia 10 de maio a Comissão vai proceder à audição dos candidatos do Conselho de Regulação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a Senhora Presidente informou a Comissão que oportunamente este debate seria agendado.

2.5 Visita da Comissão ao Museu da Farmácia

Entrando neste ponto, a Senhora Presidente deu conta da visita que a Comissão vai efetuar ao Museu da Farmácia, no dia 16 de maio, às 18h30, a que se seguirá um jantar nas instalações sitas no edifício da Associação Nacional das Farmácias, em Santa Catarina.

2.6 Visita da Comissão à Fundação Calouste Gulbenkian/Exposição de Almada Negreiros

Informou também que no dia 16 de maio a Comissão irá visitar a Fundação Calouste Gulbenkian/exposição de Almada Negreiros, tornando-se necessário indicar quem estará presente.

3. Admissibilidade e distribuição da [petição n.º 289/XIII \(2.ª\)](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa do posto médico da CUF, no Barreiro

Apreciada e aprovada a nota de admissibilidade, e cabendo ao Grupo Parlamentar do PSD a indicação do relator, foi designado a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD).

4. Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior

A ata respeitante à reunião de 12 de abril de 2017 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

A reunião foi gravada em suporte áudio, fazendo parte integrante da presente ata, encontrando-se o respetivo registo disponível na [página Internet](#).

A reunião foi encerrada às 12 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Palácio de São Bento, 19 de abril de 2017

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Carla Sousa
Diana Ferreira
Edite Estrela
Firmino Pereira
Helga Correia
Ivan Gonçalves
João Azevedo Castro
João Pinho de Almeida
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Susana Lamas
Ana Rita Bessa
Carlos Silva
Cristóvão Crespo
João Ramos
José Luís Ferreira
Luís Moreira Testa
Margarida Mano
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Joana Barata Lopes
Luís Monteiro
Sara Madruga da Costa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves